

Resumo: A produção cronística machadiana se estendeu por cerca de 40 anos. A política do Brasil do século XIX foi uma preocupação constante do autor nesse gênero. Nesse trabalho, procuro vislumbrar a concepção de política expressa pelas crônicas de Machado e apontar as possíveis relações com sua produção ficcional madura, destacando a questão da *volubilidade* (SCHWARZ, 2000b). Outra pretensão que tenho, é relacionar as observações feitas sobre a produção machadiana à importância específica do funcionamento político em um país com a formação histórica como a nossa.

Palavras-chave: Literatura brasileira, Machado de Assis, política

Abstract: Machado de Assis worked for almost 40 years in the papers as columnist. The Brazilian politics of the XIX century was a constant concern for him. In this article, I try to get a glimpse of the conceit of politics which is expressed in his columns and, at the same time, establish some relations with his late fictional work, putting in evidence the question of volatility (SCHWATZ, 2000b). Besides that, I try to relate the observations made about the machadian works with the specific relevance of the politic landscape in a country with a historic background as ours.

Keywords: Brazilian Literature, Machado de Assis, politics

Ó tempos! Ó costumes!

(15/2/1877)

O mundo está virado!

(15/3/1877)

Machado de Assis inicia a crônica do dia 8 de julho de 1885 (da série *Balas de Estalo* no jornal *Gazeta de Notícias*) com a pergunta “O que é política?”. As supostas respostas foram as mais variadas. Para alguns, política era simplesmente “tirar o chapéu” para os mais velhos, para outros, a “obrigação de não meter o dedo no nariz”. Também se disse que política consistia em “estando à mesa, não enxugar os beiços no guardanapo da vizinha”. Houve, inclusive, “um morador da Tijuca” para quem “a política é agradecer com um sorriso animador ao amigo que nos paga a passagem”. (ASSIS, 2008, v.4, p. 622)

¹ Mestrando do curso de Pós-graduação em Literatura Brasileira do Instituto de Letras, departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS - Brasil. Email para contato: boenavides@gmail.com. O presente trabalho foi realizado com o apoio da Pró-Reitoria de Pesquisa - UFRGS – Brasil durante a participação do autor no projeto de pesquisa *Formação da crônica no Brasil: estudo da crônica machadiana*, coordenado pelo prof. Dr. Antônio Marcos Vieira Sanseverino.

Uma pretensão desse trabalho consiste, então, em inverter essa pergunta e indagar sobre o que é política segundo as crônicas de Machado. Além disso, ambiciono mostrar como a caracterização dos elementos do corpo político nacional pode ter importância para a constituição da prosa machadiana da década de 1880 em diante, período que ficou conhecido como a segunda fase de sua obra. Antes disso, porém, procuro evidenciar a forte presença da política em suas crônicas, expondo a constância e intensidade com que o autor tratava desse tema, percurso com o qual quero ainda supor que a semelhança entre a prosa madura machadiana e a política, tanto na configuração dos personagens quanto na própria construção discursiva, é intencional. Tratando-se de um uso por parte de Machado de um determinado tipo discursivo que refletia em si, por razões históricas, questões de fundo da formação do Brasil moderno, configurando uma prosa em que questões de âmbito ético e estético se entrelaçam.

Inicio o trabalho com uma busca por indícios de referências ao universo político nas crônicas de Machado. Nesse ponto, em termos de metodologia, tento acompanhar a proposta de Carlo Ginzburg em seu **Mitos, emblemas e sinais** (GINZBURG, 2007). Em especial no ensaio “Sinais: raízes de um paradigma indiciário” o autor comenta questões de método de pesquisa que me foram bastante úteis, no que tange ao “paradigma indiciário”. Método que se refere a uma “atitude orientada para a análise de casos individuais, reconstruíveis somente através de pistas, sintomas indícios”. (Op. cit., p. 154) Sem importar necessariamente aqui a reconstrução histórica, feita pelo autor, dessa metodologia - que passa, entre outros importantes referentes por Sherlock Holmes e Freud, mas através do qual o autor entrevê “o gesto mais antigo da história intelectual do gênero humano: o do caçador agachado na lama, que escruta as pistas da presa” (Idem, ibidem) -, destaco que a busca pelos indícios, pelos sinais nas crônicas, mesmo que de início só percebidos tematicamente, forneceu pistas preciosas. Essas pistas foram ganhando relevância à medida que se mostravam capazes de contribuir para o entendimento da prosa ficcional machadiana em seus aspectos estéticos tomados em seu vínculo com a história do Brasil e parecem ser centrais para a defesa da hipótese da intencionalidade de Machado quanto ao uso estético que faz das posturas e discursos políticos que analisa.

1. Paradigmas indiciários

No início da década de 60 do séc. XIX, Machado escreve para o jornal *liberal Diário do Rio de Janeiro*. No livro **Machado de Assis e a política** (BROCA, 1957), Brito Broca destaca a

postura combativa de Machado nas discussões políticas do período. Postura que já começa com a participação em um jornal abertamente liberal e que não deixava de “atacar abertamente o governo”. Machado participava, inclusive, de alguns bate-bocas políticos com escritores de jornais situacionistas, como a **Gazeta da tarde** e o **Correio da tarde**. Já nessa época, Machado refere-se aos discursos políticos (um dos tópicos da política que pretendo rastrear nas suas crônicas). Como exemplo dessa combatividade e da atenção aos discursos, há um episódio mencionado por Brito Broca no qual Machado ataca o Senador Pena no folhetim de 1º de novembro de 1861. Machado escreve que o referido senador havia “ejaculado” alguns discursos notáveis. Outros exemplos desse Machado de Assis combativo são a censura que faz ao governo pela lei das condecorações (16/12/1861), que, inclusive, teve resposta da **Gazeta da tarde**, e a denúncia do acúmulo de vencimentos com que estava sendo beneficiado o Conselheiro Cândido Borges (7/01/1862), que rebate as críticas.

É notável a variedade de situações relacionadas à política a que o escritor está atento. Alguns exemplos disso são as seguintes: na crônica de 1º/10/1876, na parte IV, comenta o processo eleitoral como um todo, e a ausência dessa “festa quatrienal” na Corte e em Niterói. Chama a atenção de que “A soberania Nacional é a coisa mais bela do mundo, com a condição de ser soberania e de ser nacional” (ASSIS, 2008, v4, p.325). Trecho que nos remete à crônica, de 15 de agosto do mesmo ano: “a opinião pública é uma metáfora sem base”. Nessa crônica, a preocupação de Machado era de que, dado o analfabetismo quase geral, “70% dos cidadãos votam do mesmo modo que respiram: sem saber por que nem o quê” (Ibid., p. 315).

A lista é extensa e para não torná-la maçante, na seqüência aponto algumas séries de crônicas e apenas menciono os temas em torno da política que aparecem nesses escritos com o intuito de demonstrar, além da variedade de formas pelas quais o escritor aborda o tema, a constância e intensidade da política em suas crônicas. Algumas dessas menções são seguidas de pequenos comentários. Dentre as crônicas referidas nessa parte do trabalho, algumas serão retomadas adiante quando serão tratadas com maior cuidado: a) História de 15 dias - 1º/01/1877 trecho IV – câmaras temporárias e retórica (Ibid., p. 342); 15/2/1877 trecho IV – sessão que durou 72 horas (Ibid., p. 349); 15/3/1877 trecho V - há aqui uma citação da fala de um político a do “Sr. Conselheiro Duarte de Azevedo”, que de uma “interpretação nova e clara ao artigo relativo à responsabilidade dos escritos impressos” (Ibid., p. 354). Isso é dito com muita ironia, já que a referida interpretação não é nada clara; 15/4/1877 trecho V – nessa

crônica Machado reclama pela publicação dos discursos parlamentares no jornal (Ibid., p. 358). b) Notas semanais - 16/6/1878 trecho II – o narrador coloca-se no lugar de um orador político, “se eu tivesse a honra de falar do alto de uma tribuna”, “Levantando a discussão à altura da grande retórica” (Ibid., p. 417). Esse deslocamento é importante, sobretudo, por que não há apenas uma referência ou um comentário sobre um discurso, mas a suposição do uso de um; 11/8/1878 trecho I (Ibid., p. 452-4) – muito interessante essa crônica, pois nela temos a manifestação de Machado sobre caráter conciliador das relações entre posturas políticas opostas. Traço de conciliação que, como veremos, será um dos mais importantes aspectos da política nacional plasmados nas crônicas e com grande importância para a caracterização geral da política nacional pela lente machadiana; 1º/9/1978 trecho III – há também aqui essa visão da conciliação. Machado refere-se às eleições ocorridas na paróquia de S. Vicente (Ibid., p. 468-9); c) Balas de estalo – 22/7/1883 (Ibid., p. 484-5) – importante crônica pós-Brás Cubas em que Machado destaca a estratégia retórica que serve para, independentemente de qualquer valor moral, ético ou de qualquer preceito lógico, justificar e distorcer os argumentos em benefício próprio, num grande exemplo de egocentrismo (não custa lembrar, importante marca de Brás Cubas); 04/8/1884 – que trata da indistinção entre liberais e conservadores, agora com um tom generalizante (Ibid., p. 523-4); d) *Bons Dias* de 28/10/1888 (Ibid., p. 837-9). Aqui, como na já citada crônica de 16/6/1878, o narrador supõe a sua fala do ponto de vista de um político.

2. “O que é política?”

Voltemos a crônica, citada no início do trabalho, de 8 de julho de 1885 (série *Balas de Estalo, jornal Gazeta de notícias*), que inicia com a pergunta “O que é política?”. (Ibid., p. 622) e tentemos respondê-la a luz das crônicas machadianas. O percurso para cercar esse problema pode começar a ser trilhado na continuação dessa mesma crônica, pois, na seqüência, o narrador manifesta certa estranheza por não ter recebido nenhuma resposta de “deputado ou senador”, especialmente porque ele havia escrito “a todos eles pedindo uma definição”. As respostas dos integrantes do campo político, no entanto, não tardaram em chegar. Não foram respostas diretas à pergunta feita pela crônica, mas indiretas. Uma delas provém de um discurso do deputado César Zama, proferido na Câmara, e é a seguinte “o Sr. Zama deu-me anteontem uma resposta, embora indiretamente. S. Ex.^a disse na Câmara que quer a abolição imediata, mas aceitou o projeto passado e aceita este”. O segundo projeto era o da Lei do Sexagenário, o que

representou, na verdade, uma forma de retardar a abolição imediata. A outra vem do aparte de um deputado no discurso do “Sr. Rodrigues Alves” (o futuro Presidente da República (1902-1906), que na oportunidade era Deputado Geral). Rodrigues Alves “tachava um presidente de interventor, não porque recomendasse candidatos, mas porque fez favores a amigos destes”, ao que o referido - e não nomeado – deputado em seu aparte contesta “Queria que os fizesse aos amigos de V. Ex.^a?”. Conclusão apresentada pelo narrador: política é “oportunismo, confesso”. (Ibid., p. 623) Observe-se a nota ambígua que o uso da vírgula confere a essa passagem. Considerando-a, a interpretação é de que o narrador confessa que política é oportunismo; elidindo-a (o que no ato de leitura é bem possível), política passa a ser *oportunismo confesso*, o que se enquadra ainda melhor às idéias defendidas nesse trabalho.

Lugar de “oportunismo” é então uma das definições machadianas para política. Outra característica levantada pelo autor é a conciliação. Na crônica de 11/8/78 (jornal *O Cruzeiro*, série **Notas Semanais**) Machado destaca o caráter conciliador das relações entre posturas políticas opostas:

Reunidos os votantes no adro da igreja, entretiveram-se num fadinho neutro. Umbigos liberais tocavam os umbigos conservadores, ao som da viola republicana: era a fraternidade política e coreográfica. (...) Cada votante, por uma delicada competência de generosidade, votava nos candidatos do partido adverso. (Ibid., p. 453)

Aqui esse caráter conciliador, que leva à indistinção entre uma postura e outra, é visto como um caso particular, ocorrido em uma localidade específica, em Paquetá, que é, inclusive, comparada com a ilha dos Amores camoniana... Outra crônica em que essa conciliação é vista como algo particular, ainda não compondo algo que se possa afirmar que seja uma visão mais ampla sobre a política brasileira, é a de 01/9/1878 (mesma série da crônica anterior). Nela, Machado refere-se às eleições ocorridas na paróquia de S. Vicente. Falando dos partidos de lá, afirma que “Cada um vê no adversário metade de si próprio. (...) Em vão busco adivinhar por que modo esses dois partidos singulares cruzaram as armas no grande pleito”. (Ibid., p. 470)

A referência à política como lugar de conciliação aparece ampliada, na crônica de 04/5/1888 (jornal *Gazeta de Notícias*, série *Bons Dias*). Nessa crônica, o narrador confessa ter

um plano que consistiria em entrar no Senado e falar com o senador Castro Carreira. Uma conversa sobre os partidos políticos do Ceará assim se daria, o narrador começa:

- Eles são dois, mas quatro; ou mais acertadamente, são quatro, mas dois. [Narrador]
- Dois em quatro. [Senador]
- Quatro em dois. [N]
- **Dois, quatro. [S]**
- **Quatro, dois. [N]**
- **Quatro. [S]**
- **Dois. [N]**
- **Dois. [S]**
- **Quatro. [N]**
- Justamente. [S]
- Não é? [N]
- Claríssimo. [S] (Ibid., p. 808)

Note-se a inversão de opiniões sobre o tema sem nenhum conflito, tudo fica conciliado e “claríssimo”. O narrador pede em seguida notícias “mais individuais” ao que o Senador responde: “Notícias individuais? Homem, eu não sei de política individualista; eu só vejo os princípios”. E termina afirmando que a política é o “terreno em que todos se podem conciliar” (Ibid., p. 809).

Outro traço com que Machado compõe o retrato da política brasileira é o do arbítrio. O poder de mando e desmando por parte do corpo político é tratado na crônica seguinte (20-21/5/1888), em que, ironicamente, uma cena entre deputados e senadores é narrada com tom bíblico: “1. No princípio era Cotelipe, e Cotelipe estava com a Regente, e Cotelipe era a Regente. 2. Nele estava a vida, com ele viviam a Câmara e o Senado.” (Ibid., p. 812-3)

Oportunismo, conciliação e arbítrio convergem numa companheira de peso que podemos notar na crônica de 11/5/1888 – última antes da Abolição – a volubilidade². O narrador ao comentar a grande quantidade de alforrias que antecederam a Abolição (quando essa já era mais do que certa) afirma, “eu, em todas as lutas, estou sempre do lado do vencedor”

² Observe-se que diferentemente das características de oportunismo e de conciliação (em que a referência é explícita), a afirmação de que Machado confere os traços de arbítrio e de volubilidade à política brasileira é uma inferência construída a partir da interpretação das crônicas. O sentido dado aqui à volubilidade é feita sob a luz dos estudos de Roberto Schwarz, como explicitado em seguida. Entendo ainda, que a volubilidade seja uma convergência das três características anteriores (oportunismo, conciliação e arbítrio).

e em seguida, “eu, a respeito de governo, estou com Aristóteles, no capítulo dos chapéus. O melhor chapéu é o que vai bem à cabeça” (Ibid., p. 810-11).

3. Incorporação formal, volubilidade e ironia

Como já afirmado, outro interesse desse trabalho é apontar as semelhanças, ou, ao menos, indicar as possíveis relações entre essa visão sobre a política e as alterações pelas quais a obra machadiana vai passando ao final da década de 1870 e início da de 1880. Nesse sentido, chamo a atenção para a semelhança entre esses traços com que a Machado vem caracterizando a política e os políticos do Brasil e a categoria da volubilidade, com a qual Roberto Schwarz analisa o processo narrativo das *Memórias Póstumas de Brás Cubas* e na qual o crítico vê o “funcionamento mesmo da sociedade brasileira”. Segundo o Schwarz, esse procedimento narrativo consiste em uma “alternância sistemática de perspectivas” (SCHWARZ, 2000b, p. 11), o que parece caracterizar, por exemplo, o movimento apresentado pelo narrador da última crônica citada.

Outra forma de olhar para essa técnica narrativa é apresentada por Schwarz: “o procedimento literário de Brás Cubas – a sua volubilidade – consiste em desdizer e descumprir a todo instante as regras que ele próprio acaba de estipular.” (Ibid., p. 223). Com isso em mente, vejamos a crônica de 22/7/1883 (publicada na série *Balas de Estalo* do jornal **Gazeta de Notícias**):

O Sr. Deputado Penido censurou a Câmara por lhe ter rejeitado duas emendas: - uma que mandava fazer descontos aos deputados que não comparecessem às sessões; outra que reduzia a importância de subsídio. Respeito as cãs do distinto deputado mineiro; mas permita-me que lhe diga: a censura recai sobre S. Ex.^a não só uma, como duas censuras.

A primeira emenda é descabida. S Ex.^a naturalmente ouviu dizer que aos deputados franceses são descontados os dias em que não comparecerem; e precipitadamente, pelo vezo de tudo copiarmos do estrangeiro, quis logo introduzir no regimento da nossa Câmara esta cláusula exótica. (...)

A livre, jovem e rica América não deve empregar tais processos, que estariam em desacordo com um certo sentimento estético e político. (...)

Não é menos curiosa a segunda emenda do Sr. Penido: a redução do subsídio. (...)

O Sr. Penido não nega a inconstitucionalidade desta, mas argumenta de um modo singularíssimo. O aumento de subsídio fez-se inconstitucionalmente; logo, a redução pode ser feita pela mesma forma inconstitucional.

Perdoe-me S. Ex.^a; este seu raciocínio não é sério; (...)

O ato da câmara aumentando o subsídio foi inconstitucional? Suponhamos que sim. Por isso mesmo que o foi, a Câmara obrigou-se a não repeti-lo, imitando assim de um

modo moderno a palavra daquele general romano, que bradava aos soldados ao iniciar uma empresa difícil: - é preciso ir até ali, não é necessário voltar! (ASSIS, 2008, v.4, p. 484-6)

Destaco nessa crônica também o fato de não haver apenas uma referência a posturas oportunistas, conciliatórias, arbitrárias ou volúveis, mas a incorporação formal desses traços como estratégia narrativa. O narrador coloca-se, ironicamente (que fique reforçada que esse posicionamento é irônico), no *locus* enunciativo de um defensor dos interesses políticos e desse lugar lança mão dessas estratégias retóricas. Desdiz e descumpre as regras que “acaba de estipular”, isto é, num momento um ato inconstitucional é executado (o que por si só já é uma forte expressão de arbítrio), no outro – quando se trata de reduzir benefícios dos mandantes políticos – já não é mais possível executá-lo. Dois pontos, então, interessam aqui; o primeiro, já assinalado, é essa incorporação estética – e não apenas temática – dos traços característicos da política brasileira; o segundo é a ironia que aparece vinculada a essa incorporação. Notemos que com isso enlaça-se a presente discussão a relação entre um procedimento **ético** de crítica à moral política brasileira e o tratamento **estético** dado à questão. Com Lukács, procuremos entender que significado pode ter esse entrelaçamento entre os planos ético e estético:

Cuando esa aspiración [aspiración humana a una conducta ética] lucha por una expresión conceptual adecuada – especialmente en épocas en las cuales los ideales éticos aparezcan problemáticos en si mismos o, al menos, socialmente vistos –, es muy natural, y a menudo casi inevitable, que toda esa tensión [entre o mundo externo e interno] se exprese también mediante categorías estéticas. Pues el reflejo estético de la realidad da siempre forma a una unidad sensible, significativa y manifiesta de lo interno y lo externo, del contenido y la forma (LUKÁCS, 1967, p. 266-7)

Ao tratar esteticamente das questões políticas, Machado revela, pela ótica lukacsiana, uma visão mais problemática do mundo, pois, como afirma o crítico húngaro, “la “estetización” de la moral [es] propia de los tiempos de crisis” (Ibid., p. 275). Por essa perspectiva, pode-se, então, ler nos procedimentos estéticos entrelaçados à crítica ética uma tentativa de intervenção nas questões éticas, mais eficaz do que o tratamento dessas questões no plano do conteúdo poderia dar, pois, como afirma José Marcos Mariani de Macedo ao comentar a relação ética-estética para Lukács:

Numa época em que a ética foi pulverizada em seus princípios, em que a vida perdeu a imanência do sentido, caberá à estética reconstituir em seus horizontes aquela unidade originária antes manifesta, mesmo que essa unidade consista na explicação de sua ausência. (MACEDO, 2000, p.194)

É necessário, num quadro como esse descrito, que ocorra a superação da própria forma de crítica ética para que seus fins sejam atingidos, ou seja, quando a perda de sentido é percebida crumente, a própria falta de sentido “torna-se forma” (LUKÁCS, 2000, p. 49), deixando de ser apenas tematizada. São a falta de sentido do mundo, que é externo ao sujeito, e a tentativa de conferir sentido a ele que aparecem ligadas à ironia. Dada a percepção da não superação do “alheamento e [d]a hostilidade dos mundos interior e exterior” cabe à ironia desvelar o quão “necessários” esses mundos são um para o outro. Consegue isso, pois ao mesmo tempo “significa (...) uma cisão interna do sujeito” e representa uma subjetividade que “empenha-se em impregnar o mundo alheio com os conteúdos de sua aspiração”. (Ibid., p. 75)

As questões ético-políticas e estéticas parecem andar juntas na produção machadiana, isto é, utiliza recursos estéticos com fins de crítica ética e política. Tomemos as reflexões de Machado no artigo “A nova geração”, publicada na **Revista Brasileira** (RJ) em 1/ 12/1879 (alguns meses de iniciar a publicação em folhetim do romance **Brás Cubas**, que foi publicado na mesma **Revista Brasileira** de 15/3 a 15/12/1880). No artigo, o autor comenta que a expressão da nova geração ainda estava “incompleta”, difusa, transitiva” e que representava “alguma coisa que, se ainda não é o futuro, não é já o passado.” (ASSIS, 2008, v.3, p. 1258) Machado tenta, na seqüência, encontrar a “teoria e o ideal da poesia nova”. Comenta que, entre os integrantes da nova geração, “Não falta quem conjugue o ideal poético e o ideal político, e faça de ambos um só intuito, a saber, a nova musa terá de cantar o Estado republicano. Não é isso, porém, uma definição, nem implica um corpo de doutrina literária”. (Idem, p.1260) Esse artigo, que se propõe a aconselhar os novos escritores, evidencia a relação da “doutrina literária” como o ideal político. E deixa claro que ter um ideal político não basta, é necessário o investimento literário, pois “entre uma aspiração social e um conceito estético vai diferença; o que se precisa é uma definição estética”. (Idem, p. 1261) Nesse sentido, parece justificar-se o uso das observações feitas sobre o universo político na constituição estética da obra do autor, já

que, pelos comentários do crítico Machado de Assis, e pelas marcas textuais que se tenta investigar nesse trabalho fica demarcada a imbricação entre esses campos sem que se apague a especificidade de cada um.

4. Formação do corpo político imperial

Cabe agora apontar em termos de formação histórica brasileira que processo possibilitou esse tipo de manifestação estética. O descompasso entre o liberalismo inglês do séc. XIX e a sociedade escravocrata brasileira já é um lugar-comum nos estudos referentes ao Brasil imperial. Também na área de literatura isso acontece, em grande medida graças à difusão dos trabalhos de Schwarz nessa área, vinculando esse descompasso à produção romanesca de José de Alencar e Machado de Assis (SCHWARZ, 2000a). Como um possível acréscimo a essa discussão, busco apontar a importância específica do corpo político imperial dentro desse debate, a função e os condicionantes históricos dessa elite que, como procurei mostrar, esteve na mira de Machado desde sempre, ganhando tratamento explícito nas crônicas.

A elite política imperial brasileira constituía uma classe peculiar dentro do cenário nacional do séc. XIX. Caracterizava-se por uma “homogeneidade ideológica e de treinamento” conseguida pelo funcionamento e constituição dessa elite que incluía a distinção de formarem uma “ilha de letrados num mar de analfabetos”, o predomínio absoluto de magistrados em seu quadro e passava por uma circulação “geográfica e por cargos” que não permitia a identificação dos políticos e futuros políticos com províncias de forma específica (CARVALHO, 1996, p. 17, 55, 83-108). Tudo isso formava um grupo de profissionais que, emaranhado às questões administrativas do país nascente, era capaz de adquirir a referida homogeneidade, que superava as diferenças de classe social e de origem regional. A “construção da ordem”, na expressão de José Murilo de Carvalho, que inclui a manutenção do território sem a fragmentação política dos demais países da América Latina, deveu-se também a essa estrutura burocrática. Grande parte dos cargos políticos era ocupada por funcionários públicos, especialmente durante o período de formação e consolidação do Estado: em 1834 – durante a Regência, período mais conturbado do Império – sua presença chegou a 60% na câmara (Ibid., p.151). Essa maquinaria burocrática foi uma estratégia necessária ao próprio Estado para “forjar a nação” em países de “capitalismo frustrado” (ou, para falar como Schwarz, na “periferia do capitalismo”), que não contavam com uma “poderosa classe burguesa capaz ela própria de regular as relações sociais por meio dos

mecanismos do mercado”. As medidas de “unificação de mercados, de destruição de privilégios feudais, de consolidação de um comando nacional, de protecionismo econômico” (Ibid., p. 209) ficaram a cargo da administração pública. E há razões históricas não só, como procurei mostrar há pouco, para que o encargo dessas medidas recaísse sobre o Estado, como também para que esse Estado ocupasse uma posição singular ao exercer sua tarefa, dado sua composição interna e sua posição de mediador entre seus próprios interesses, os interesses dos escravocratas (de onde provinha a maior arrecadação para os cofres públicos) e os do mercado externo.

O Estado como mediador de interesses econômicos distintos acaba expondo contradições nas formas de manifestação de seus representantes, criação de leis e discursos. A relação de Machado com esse universo discursivo é bem ampla. Além da recorrência das referências feitas por Machado em suas crônicas, expostas brevemente no presente trabalho, pode-se trazer o fato de que conforme Luís Felipe de Alencastro na *História da vida privada no Brasil* (ALENCASTRO (org.), 1997), “a partir dos anos de 1850 o *Jornal do Comércio* começa a publicar o registro dos debates previamente taquigrafados”. O historiador observa a importância lingüística que o fato teve para a difusão da “linguagem mais apurada que predominava na corte, ou melhor, com a versão padronizada dos discursos editados pelo jornal”. Houve um apagamento dos regionalismos nesse processo, regionalismos esses que tinham sido difundidos na imprensa das províncias durante os “embates políticos das revoluções regenciais”. Note-se, portanto, a atenção que era voltada não apenas para o conteúdo desses discursos, mas também para a linguagem (inclusive em sua dimensão política) empregada na sua versão publicada nos jornais. Eis que Machado de Assis trabalha como revisor dos discursos da Câmara e do Senado (Op. cit., 34-5). Releia-se, então, o comentário, de Machado na crônica de 27/11/92 (da série *A semana*, publicada no jornal **Gazeta de Notícias**). Nessa crônica, o narrador revela o interesse que manifesta sobre as coisas públicas, e – muito interessante – “mais particularmente da eloquência humana”. Assumindo aí o interesse pela retórica política. É praticamente um aficionado, já que senta na primeira fila e só sai quando tudo acaba. E a forte impressão que esses discursos deixaram, ressoam até hoje. Há nessa crônica, uma reconstrução da trajetória de galerias, sabemos que o primeiro ano foi 1857. Começo, inclusive, no qual o “chapéu” atrapalhava. Lembrando da metáfora do chapéu (cujo maior exemplo é o da crônica de 11/5/1888, mas que aparece com freqüência), podemos interpretar o fato de, no início, ter um chapéu, como a existência de um partidarismo, ou seja,

tinha um chapéu, o chapéu liberal como vimos no início desse trabalho com Brito Broca. Depois, não trocou, mas ficou sem nenhum, estava sentado em cima do seu chapéu. Podiam até ir buscar, mas ninguém o conseguiu, menos por vontade do portador que por incapacidade dos partidos. Nas galerias, sobretudo nas do senado, tudo emana conciliação, a fala é macia, qualquer oposição pode, sem importar nenhum prejuízo moral, ser retirada, acrescentada. A própria noção de ambivalência (SANSEVERINO, 2001) aparece nesse ambiente notado pelo narrador, que confessa ter “não raro” apoiado “dois contrários”. E a impregnação da volubilidade, externalização de uma data situação histórica – a conhecida “dualidade brasileira” (liberalismo e escravidão) – é assumida no âmbito discursivo e retórico: “Não se arrasta uma vida inteira de galeria em galeria sem trazer algumas mostras de sintaxe” (ASSIS, 2008, V.4, p. 938-40).

Referências bibliográficas

- ALENCASTRO, Luís Felipe de (org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (v.2)
- BRAYNER, Sônia. Metamorfoses machadianas: o laboratório ficcional. In: BOSI, Alfredo et al. (org.), **Machado de Assis**. Coleção escritores brasileiros: antologia e estudos 1. São Paulo: Ática, 1982.
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: elite política imperial; **Teatro de sombras**: a política imperial. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GLEDSOM, John. Bons Dias. In.: **Machado de Assis: ficção e história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- LUKÁCS, Georg. Entre la ética y la estética. In.: **Estética, volume IV**: Cuestiones liminares de lo estético. Barcelona - México D.F.: Ediciones Grijalbo S.A., 1967.
- _____. **A Teoria do Romance**: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.
- MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **Obras Completas**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008. (v.4)
- _____. **O Velho Senado**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1989. (Coleção Milton Campos : v.1)
- MARIANI DE MACEDO, José Marcos. Posfácio. In: A Teoria do Romance, São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.
- NOVAIS, Fernando A. “**Passagens para o Novo Mundo**”. São Paulo, Novos Estudos Cebrap, nº 9, julho de 1984.
- SANSEVERINO, Antônio Marcos. **Machado de Assis, ambivalência e autoritarismo**. Letras, Santa Maria, p. 11-26, 2001.
- SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000a.

-
- _____. **Um mestre na periferia do capitalismo**: Machado de Assis. São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2000b.
- SEVCENKO, Nicolau. Posfácio. In: **Literatura como missão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- VIOTTI DA COSTA, Emilia. Introdução ao estudo da emancipação política. In: C. G. Mota (org.) **Brasil em perspectiva**. São Paulo: Difel, 1968.